



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

1 Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, na
2 Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho Universitário (CONSUNI)
3 da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência do Reitor **José de**
4 **Arimatea de Matos**, para deliberar sobre a pauta da quinta Reunião Ordinária de dois mil e
5 dezoito. Estiveram presentes os Conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar
6 de Angicos (CMA): **Jacimara Villar Forbeloni** e **Araken de Medeiros Santos**; Centro
7 Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Luciana Dantas Mafra**;
8 Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Janaína Cortêz de Oliveira**; Centro de
9 Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Matheus da Silva Menezes** e **Paulo Gabriel Gadelha**
10 **Queiroz**; Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Adrian José Molina Rugama**; Centro de
11 Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Leonardo Fernandes França** e **Paulo Alfredo**
12 **Simonetti Gomes**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas (CCSAH): **José Albenes**
13 **Bezerra Júnior** e **Moises Ozorio de Souza Neto**; Centro de Engenharias (CE): **Manoel**
14 **Quirino da Silva Júnior** e **Manoel Januário da Silva Júnior**; os Conselheiros representantes
15 técnico-administrativos: **Allyson Leandro Bezerra Silva**, **Jalmir Dantas de Araújo**; as
16 representantes discentes: **Anna Isabele dos Santos Silva** e **Fernanda Jéssika Carvalho**
17 **Dantas**. Conselheiros com faltas justificadas: Antonio Diego Silva Farias, Gilcilene Lélia Souza
18 do Nascimento, Lívia Laiane Barbosa Alves e João Liberalino Filho. Conselheiros com faltas
19 não justificadas: Maria José Ferreira Lopes, Ivanilson de Souza Maia e Giorgio Mendes Ribeiro.
20 **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a ata da quarta reunião ordinária de
21 dois mil e dezoito. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processo de
22 afastamentos. **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre alteração da decisão
23 CONSUNI/UFERSA número um de dois mil e dezoito. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação
24 sobre os Pareceres CONSEPE/UFERSA números seis e sete de dois mil e dezoito que tratam
25 dos processos de redistribuição dos servidores Valdemir Praxedes da Silva Neto e Alana Kelly
26 Xavier Santos Campos. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor,
27 *ad referendum* do Conselho Universitário, dos processos de redistribuição dos servidores
28 Leonardo Jorge Brasil de Freitas Cunha e Eddla Karina Gomes Pereira, conforme portarias
29 UFERSA/GAB números trezentos e treze e trezentos e dezesseis de dois mil e dezoito. **Sexto**
30 **ponto:** Apreciação e deliberação sobre autorização do afastamento do Reitor José de Arimatea
31 de Matos para participação na III Conferência Regional da Educação Superior. **Sétimo ponto:**
32 Apreciação e deliberação sobre Parecer CONSEPE/UFERSA número cinco de dois mil e
33 dezoito, que trata da criação do curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

34 em Direito. **Oitavo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos que tratam de alterações
35 de regime de trabalho de servidores. O ponto teve a participação do convidado, o Pró-reitor
36 Adjunto da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) Esaú Castro de Albuquerque Melo.
37 **Nono ponto:** Apreciação e deliberação sobre indicações de representantes externos para
38 compor o CONSUNI até o término do mandato estabelecido na Decisão CONSUNI número
39 cento e oito de dois mil e dezessete. **Décimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre Processo
40 que trata da doação de bens semoventes. O convidado, o Pró-reitor Ajunto da Pró-reitoria de
41 Planejamento (PROPLAN) Moacir Franco de Oliveira participou do sétimo e do décimo
42 segundo pontos. **Décimo primeiro ponto:** Apresentação de Relatórios de Atividades da
43 Ouvidoria referentes ao período de janeiro a dezembro de dois mil e dezessete, encaminhados
44 por meio dos Memorandos Eletrônicos números dez de dois mil e dezessete e cinco de dois mil
45 e dezoito da OUVIDORIA. O ponto teve a participação do Ouvidor Antônio Wilton de Moraes
46 Júnior. **Décimo segundo ponto:** Deliberação sobre Relatório Anual de Gestão e Convalidação
47 da Decisão CONSUNI/UFERSA número vinte e seis de dois mil e dezoito. **Décimo terceiro**
48 **ponto:** Outras Ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o Presidente do Conselho, **José**
49 **de Arimatea de Matos**, declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em
50 discussão. Propôs, então, que o oitavo ponto de pauta passasse a ser o segundo. A proposta
51 foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções O Conselheiro
52 **Leonardo Fernandes França** disse que na reunião anterior, a minuta de qualificação foi
53 retirada de pauta e que, no seu entendimento, a minuta vinha na corrente reunião. Perguntou,
54 então, qual era previsão da data para deliberar a minuta de qualificação. O Presidente do
55 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que tinha ficado acordado no Conselho que a
56 minuta de qualificação viria em uma reunião extraordinária. Em seguida, colocou as
57 justificativas de falta em votação, e disse que a Conselheira Shirlene Kelly Santos Carmo não
58 conseguiu vir em decorrência da greve dos caminhoneiros. As justificativas foram aprovadas
59 por unanimidade. **PRIMEIRA SESSÃO: PRIMEIRO PONTO.** O Presidente do Conselho, **José**
60 **de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em discussão. A Conselheira **Janaína Cortêz de**
61 **Oliveira** apresentou correções nas linhas noventa e cinco, cento e um, cento e trinta e sete,
62 cento e quarenta e cinco, cento e cinquenta, cento e setenta e quatro; duzentos e trinta e
63 quatro, duzentos e oitenta e cinco, duzentos e noventa e seis, quatrocentos e dez e nas linhas
64 setecentos e três e oitocentos e vinte e três. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França**
65 apresentou emendas nas linhas cento e dezoito, duzentos e vinte e três, quatrocentos e vinte e
66 seis, quatrocentos e trinta e três a quatrocentos e trinta e cinco, quatrocentos e cinquenta a
67 quatrocentos e cinquenta e um, quatrocentos e cinquenta e cinco, quatrocentos e cinquenta e
68 oito, quatrocentos e setenta, quatrocentos e oitenta e cinco, quinhentos e vinte e quatro,
69 quinhentos e vinte e oito, quinhentos e trinta e um, quinhentos e quarenta e nas linhas
70 seiscentos e sessenta e um, seiscentos e setenta e nove e na linha seiscentos e oitenta e um.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

71 O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** apresentou correções ortográficas nas linhas
72 quinze, quarenta a quarenta e um, duzentos e vinte e três, duzentos e trinta e um e trezentos e
73 trinta e nove. Por fim, a ata da quarta reunião ordinária de dois mil e dezoito, com emendas, foi
74 votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Todas as correções
75 propostas foram realizadas na referida ata, bem como as emendas propostas pelo Conselheiro
76 Leonardo Fernandes França, que foram inseridas conforme estabelecido no parágrafo
77 segundo, do artigo oitavo da Resolução número onze de dois mil e dezessete do CONSUNI.
78 **SEGUNDO PONTO.** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto
79 em discussão e, em seguida, propôs a participação do Pró-reitor Adjunto da Pró-reitoria de
80 Gestão de Pessoas (PROGEPE), Esaú Castro de Albuquerque Melo, que foi aprovada por
81 unanimidade. O convidado, o Pró-reitor Adjunto **Esaú Castro de Albuquerque Melo** disse que
82 duas servidoras do curso de Medicina solicitaram a alteração do regime de trabalho, passando
83 de vinte horas semanais para quarenta horas semanais, sem dedicação exclusiva. Falou,
84 também, que a alteração do regime de trabalho era prevista legitimamente e que as servidoras
85 tinham feito o concurso para o regime de trabalho de vinte horas semanais e estavam
86 solicitando a mudança para atender uma demanda administrativa específica, que era a
87 coordenação do curso de Medicina e que a coordenação era somente uma Portaria
88 administrativa. Disse, ainda, que deviam ser observados dois requisitos previstos na legislação,
89 a disponibilidade orçamentaria, que era observada pela PROGEPE pelo banco de professor
90 equivalente e foi constatado que a Universidade tinha a disponibilidade, e sobre a acumulação
91 de cargos públicos, a servidora Tammy Rodrigues declarou o regime de vinte horas semanais
92 na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e pela Constituição eram
93 acumuláveis dois cargos públicos de professor e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) era
94 permitido à acumulação de até sessenta horas. Concluiu dizendo que a servidora Rejane
95 Helena Pereira Lins não tinha nenhum vínculo público e que era importante citar que nas
96 universidades vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) os processos de alteração de regime
97 de trabalho deviam passar pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e pelo
98 Conselho Superior competente e que, no parecer da PROGEPE a alteração era lícita e
99 possível. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que o *curriculum lattes* da
100 servidora Tammy Rodrigues constava quarenta horas semanais na UERN de jornada de
101 trabalho e a servidora Rejane Helena Pereira Lins cumpria vinte horas semanais na UERN e
102 que as informações deviam ser corrigidas na plataforma *lattes*. Perguntou, então, se as
103 servidoras iam assumir a coordenação, pois na primeira coordenação tinha apenas um
104 coordenador e que em um dos processos estava bem claro que era para assumir o cargo em
105 decorrência a licença maternidade da coordenadora do curso de Medicina, mas o outro
106 processo não deixava claro qual era o cargo que a servidora ia assumir. O Presidente do
107 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que uma das finalidades principais dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

108 processos era que as servidoras queriam a alteração do regime de trabalho e a outra era a
109 coordenação do curso, pois curso de Medicina apenas pessoas formadas em Medicina podiam
110 assumir o cargo de coordenador. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que
111 constava no Regimento da UFERSA que para assumir o cargo de coordenador, a servidora
112 tinha que ser dedicação exclusiva. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**,
113 disse que a Lei Federal era maior que o Regimento da UFERSA. O Conselheiro **Manoel**
114 **Quirino da Silva Júnior** disse que nos pareceres da Comissão Permanente de Pessoal
115 Docente (CPPD) informavam o caráter temporário em ambos os processos. O convidado, o
116 Pró-reitor Adjunto **Esaú Castro de Albuquerque Melo** disse que o entendimento da
117 PROGEPE com relação ao caráter temporário era que o Conselho podia decidir se a alteração
118 do regime de trabalho para o exercício do cargo das servidoras ia ser apenas temporária ou
119 definitiva. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que em nenhum momento os
120 processos das servidoras especificavam se o pedido era temporário ou definitivo, nem qual era
121 o cargo que as servidoras iam assumir, e que a justificativa da alteração devia estar clara.
122 Falou, também, que uma das requerentes, além de realizar atividades da universidade, ela
123 clinicava. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** disse que o pedido das servidoras
124 de alteração era em definitivo e que as informações dos processos estavam divergentes por
125 conta de problemas burocráticos. Falou, também, que a servidora Tammy Rodrigues pediu
126 uma redução da jornada de trabalho no início do corrente ano, pois para assumir o cargo de
127 coordenador, o servidor tinha que ser formado em Medicina com uma jornada de trabalho de
128 quarenta horas semanais. Disse, ainda, que o curso de Medicina tinha vários eixos de ensino e
129 que cada um deles precisava de uma coordenação. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira**
130 sugeriu que os processos voltassem para o departamento para que fosse feitos os ajustes e,
131 em seguida, fossem encaminhados com os ajustes para a CPPD. O Presidente do Conselho,
132 **José de Arimatea de Matos**, disse que a servidora que estava no cargo de coordenadora ia
133 entrar em licença e o curso ia ficar sem coordenação. O convidado, o Pró-reitor Adjunto **Esaú**
134 **Castro de Albuquerque Melo** sugeriu que, para que o curso não ficasse sem coordenação, os
135 processos fossem aprovados e, posteriormente, as servidoras solicitassem o cargo
136 definitivamente. O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** perguntou se estavam infringindo
137 alguma Lei, caso permitissem o caráter definitivo da alteração, pois nos pedidos dos processos
138 não tinha a especificidade. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que,
139 no seu entendimento, o servidor com regime de trabalho de vinte horas podia solicitar à
140 alteração para um regime de trabalho de quarenta horas temporariamente e que isso não
141 invalidava a solicitação. O convidado, o Pró-reitor Adjunto **Esaú Castro de Albuquerque Melo**
142 disse que o entendimento da PROGEPE foi o mesmo do Presidente do Conselho. O
143 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu que os processos permanecessem com
144 a alteração temporária, pois sua preocupação era que a alteração do regime de trabalho das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

145 servidoras usava a disponibilidade do banco de professores equivalentes, que era diferente
146 para cada regime de trabalho. Falou, também, que era favorável ao processo da servidora
147 Rejane Helena Pereira Lins, porém era contrário no caso da servidora Tammy Rodrigues, pois
148 a mesma tinha o regime de trabalho de vinte horas na UERN e fazia atendimento clínico. O
149 Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que todas as vagas tinham
150 disponibilidade no banco equivalente de professores, mas era a Universidade que decidia de
151 quanto tempo era o regime de trabalho. Falou, também, que se o servidor não era dedicação
152 exclusiva, ele podia prestar outros serviços. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse
153 que o fato de ter apenas dois servidores formados em medicina com um regime de trabalho de
154 quarenta horas semanais pesava na avaliação do Ministério da Educação (MEC). Falou,
155 também, que a Lei doze mil setecentos e setenta e dois de dois mil e doze, que, da forma que
156 foi escrita, prejudicava o curso de Medicina. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva**
157 disse que não tinha visto em nenhum dos processos das servidoras, o pedido de caráter
158 temporário e que, no seu entendimento, não tinha empecilhos para a alteração na jornada de
159 trabalho das servidoras. Falou, também, que a decisão final era do Conselho e que os
160 processos não tinham nenhuma ilegalidade por parte do TCU. Propôs, então, que o Conselho
161 aprovasse os processos de alteração do regime de trabalho com o caráter definitivo, pois o
162 curso de Medicina precisava de mais servidores com um regime de trabalho de quarenta horas.
163 O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** perguntou se existia alguma Lei que dizia que um
164 servidor com regime de trabalho de vinte horas, passe a ter um regime de quarenta horas
165 definitivamente. Falou, também, que não tinha nenhum documento nos processos que
166 constava que uma das requerentes tinha se afastado da UERN, como havia sido dito
167 anteriormente. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que podia pedir
168 o parecer do Procurador a respeito da legalidade do caráter definitivo da alteração do regime de
169 trabalho. Falou, também, que tinham a proposta do convidado, o Pró-reitor Adjunto Esau
170 Castro de Albuquerque de Melo, que era de votar os processos com a alteração do regime de
171 trabalho temporária e, posteriormente, pedir os pareceres da PROGEPE, do Centro e do
172 Procurador e, então, retornar para o Conselho para apreciar e deliberar os pedidos das
173 servidoras em caráter definitivo. O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que o
174 Conselho devia pedir, também, no parecer do Procurador a questão do servidor ser autônomo.
175 O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou em votação a solicitação da
176 alteração do regime da servidora Tammy Rodrigues, que foi aprovada por quatorze votos
177 favoráveis, um contrário e três abstenções. Em seguida, colocou em votação a solicitação de
178 alteração do regime de trabalho da servidora Rejane Helena Pereira Lins, que foi aprovada por
179 quinze votos favoráveis e três abstenções. Por fim, os pedidos das servidoras, com caráter
180 temporário e com caráter definitivo, para exercer o cargo de coordenação, foram colocados em
181 votação. Os pedidos com caráter temporário foram aprovados por nove votos favoráveis, sete



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

182 contrários (favoráveis ao pedido com caráter definitivo) e duas abstenções. **TERCEIRO**
183 **PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que os processos dos
184 servidores Francisco Ozamir Dantas da Silva e Wanda Roberta Jácome Zelaya tinham o
185 pedido de afastamento para o dia cinco de março do corrente ano, porém o Conselho de
186 Centro tinha aprovado os processos apenas no dia vinte e oito de março do corrente ano e, em
187 seguida, colocou cada processo em discussão separadamente. *PROCESSO DE FRANCISCO*
188 *OZAMIR DANTAS DA SILVA E WANDA ROBERTA JÁCOME ZELAYA:* O Conselheiro **Araken**
189 **de Medeiros Santos** disse que os servidores tinham entrado na Universidade Federal do Rio
190 Grande do Norte (UFRN) no semestre de dois mil e dezessete, ponto, dois e naquele momento
191 foi concedido o afastamento parcial. Falou, também, que no corrente semestre os servidores
192 tinham solicitado o afastamento total, porque não estavam conseguindo conciliar os horários e
193 os prazos ficaram muito apertados. Concluiu sua fala dizendo que o Conselho de Centro
194 liberou o afastamento retroativo dos servidores por seis meses. O Presidente do Conselho,
195 **José de Arimatea de Matos**, colocou os processos em votação de acordo com o parecer da
196 PROGEPE, que foram aprovados por unanimidade. *PROCESSO DE ISABELLA MARIA DE*
197 *OLIVEIRA PONTES FERNANDES:* O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**,
198 disse que o processo tinha retornado ao Centro porque estava sem o plano de qualificação. O
199 Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** disse que solicitou ao Centro a elaboração e o
200 envio do plano de qualificação. O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que a
201 solicitação da servidora era por um ano, porém ela não tinha cumprido o prazo dos sessenta
202 dias e que ela só podia se afastar no final do corrente semestre letivo. Observou, então, que os
203 pareceres da CPPD não tinham mais as observações sobre os processos que tinham
204 anteriormente e que era recomendado que retornassem com a prática. Falou, também, que a
205 servidora tinha disponibilidade para substituto e perguntou, então, se daria tempo de realizar a
206 contratação do substituto, pois era em ano eleitoral. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti**
207 **Gomes** disse que, a respeito da solicitação da servidora ter ultrapassado o prazo de sessenta
208 dias, tinha sido uma questão burocrática e que o concurso para substituto estava em
209 andamento e as bancas avaliadoras estavam formadas. O Conselheiro **Hudson Pacheco**
210 **Pinheiro** propôs que o afastamento da servidora fosse em outubro do corrente ano, para que a
211 Resolução número nove de dois mil e treze do CONSUNI fosse cumprida. O Presidente do
212 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou em votação o afastamento da servidora, que
213 foi aprovado por nove votos favoráveis, um contrário e oito abstenções. Em seguida, colocou
214 em votação o pedido da servidora de ser afastada de imediato juntamente com a proposta do
215 Conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro para que o afastamento apenas em outubro do corrente
216 ano. O pedido da servidora foi aprovado por dez votos favoráveis, cinco contrários (favoráveis
217 à liberação apenas em outubro) e três abstenções. **QUARTO PONTO.** O ponto não gerou
218 discussão e foi aprovado por dezesseis votos favoráveis, um contrário e uma abstenção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

219 **QUINTO PONTO.** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto
220 em discussão. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse que a PROGEPE fazia um
221 relato padrão e pediu que o relato constasse como um documento oficial, pois tinha muitos
222 erros processuais e as exigências dos requerentes deviam constar no relato. Falou, também,
223 que o mesmo devia ser um documento individual e não um documento padrão, pois estava
224 ocorrendo alguns erros e estava se dando Fé Pública de coisas erradas O Presidente do
225 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que os documentos assinados por servidores
226 públicos tinham Fé Pública e pedir para um servidor público tirar uma certidão negativa que a
227 própria PROGEPE ia fazer era uma questão delicada. Sem propostas o ponto foi votado e
228 aprovado por unanimidade. **SEXTO PONTO.** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de**
229 **Matos**, colocou o os processos em discussão separadamente. *PROCESSO DE LEONARDO*
230 *JORGE BRASIL DE FREITAS CUNHA:* O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de**
231 **Matos**, disse que, com relação ao processo do servidor Leonardo Jorge Brasil de Freitas
232 Cunha, a UFRN tinha encaminhado Ofícios de urgência para a liberação de dois arquitetos.
233 Falou, também, que tinha falado com a Reitora da UFRN sobre a impossibilidade de liberação
234 de dois arquitetos de imediato e acordaram com a liberação do servidor Leonardo Jorge Brasil
235 de Freitas Cunha. Concluiu dizendo que, os prazos da tramitação dos processos de
236 redistribuição determinados pelo Ministério da Educação encerravam no dia vinte e cinco de
237 maio do corrente ano e que por conta disso o processo foi com *ad referendum*. O Conselheiro
238 **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que em outro momento o servidor havia sido liberado pelo
239 Conselho e queria esclarecimento sobre a questão. O Presidente do Conselho, **José de**
240 **Arimatea Matos**, disse que como tinha a possibilidade de vaga para a UFRN, o servidor pediu
241 para que a tramitação do processo anterior fosse parada e que a Decisão podia ser revogada.
242 O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que as decisões deviam ser dos
243 colegiados e o processo tinha a decisão apenas da Chefia e sugeriu, então, a inclusão de uma
244 ata da Superintendência de Infraestrutura (SIN) no processo. O Presidente do Conselho, **José**
245 **de Arimatea de Matos**, colocou o processo em votação, com as ressalvas de revogar a
246 Decisão cento e sessenta e seis de dois mil e dezessete e pedir a ata da SIN, que foi aprovado
247 por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. *PROCESSO DE EDDLA KARINA GOMES*
248 *PEREIRA:* O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** perguntou se os Ofícios dos processos
249 de redistribuição precisavam ser originais ou se podiam ser cópias para que ele pudesse
250 tramitar nas outras instâncias, pois no Campus Caraúbas os processos só eram tramitados
251 quando os Ofícios originais chegavam. O convidado, o Pró-reitor Adjunto **Esau Castro de**
252 **Albuquerque Melo** disse que a servidora tinha conseguido o transporte do Ofício de forma
253 particular e tinha recolhido todas as assinaturas pessoalmente e seu processo foi apreciado
254 com o Ofício original. O Conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** disse que a servidora
255 resolveu por conta própria os trâmites do processo, pois estava em período eleitoral e tinha um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

256 curto prazo para tramitar os processos de redistribuição. O Presidente do Conselho, **José de**
257 **Arimatea de Matos**, informou que a redistribuição da servidora, ia resolver o processo
258 administrativo que o curso de Direito estava passando e, então, teriam um servidor para ocupar
259 o cargo da servidora. O Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** disse que a informação
260 dada pelo Presidente do Conselho, José de Arimatea de Matos, devia estar no processo. O
261 Conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** disse a informação já constava no parecer do
262 Colegiado de curso. O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que a rapidez da
263 tramitação do processo da servidora tinha causado estranheza, pois as tramitações muitas
264 vezes eram demoradas. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que a
265 rapidez deu-se porque a servidora tinha ido pessoalmente buscar a documentação e o caso do
266 servidor Leonardo Jorge Brasil de Freitas Cunha tinha sido um pedido diretamente da Reitora
267 da UFRN. Em seguida, colocou o processo de redistribuição da servidora em votação, que foi
268 aprovado por quinze votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. Posteriormente, avisou
269 ao Conselho que a energia do prédio da Reitoria ia ser desligada para solucionar ocorrido na
270 Universidade, que retomariam a reunião das treze e trinta. Os Conselheiros **Moises Ozorio de**
271 **Souza, Jacimara Villar Forbeloni e Fernanda Jéssika Carvalho Dantas** justificaram suas
272 ausências na continuação da reunião. **SEGUNDA SESSÃO: SÉTIMO PONTO:** O Presidente
273 do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, deu início a segunda sessão da quinta reunião
274 ordinária e, então, colocou o ponto em discussão. Falou, então, que ia aproveitar sua
275 participação na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe
276 (CRES) para assinar uma parceria com uma universidade da Argentina. O Conselheiro
277 **Hudson Pacheco Pinheiro** perguntou se a UFERSA pagava pelas bagagens. O Presidente do
278 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que a UFERSA custeava as bagagens.
279 Posteriormente, colocou o ponto em votação, que foi aprovado por unanimidade. **OITAVO**
280 **PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em
281 discussão e, em seguida, propôs a participação do convidado Rafael Lamera Giesta Cabral. A
282 proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado **Rafael Lamera Giesta Cabral**
283 disse que a proposta tratava de um amadurecimento do curso de Direito com um novo
284 potencial a ser destacado com a formação de docentes e pesquisadores. Falou, também, que
285 tinha a possibilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
286 (CAPES) financiar o curso, dada a envergadura do mesmo. Disse, ainda, que o curso de
287 Direito refletia o quanto a Universidade tinha investido na formação e qualificação dos seus
288 docentes. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, parabenizou o convidado
289 Rafael Lamera Giesta Cabral e a equipe do curso de Direito. O Conselheiro **Allyson Leandro**
290 **Bezerra Silva** parabenizou o convidado Rafael Lamera Giesta Cabral e a coordenação do
291 curso de Direito e disse que gostaria de ver a mesma evolução dos outros cursos também. O
292 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** comentou que dificilmente teriam mestrados ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

293 doutorados acadêmicos nos cursos das engenharias de segundo ciclo porque as mesmas
294 tinham sido criadas com o número reduzido de docentes. O Presidente do Conselho, **José de**
295 **Arimatea de Matos**, colocou o ponto em votação, que foi aprovado por unanimidade. **NONO**
296 **PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em
297 discussão. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** perguntou se tinha apenas quatro
298 indicados para representantes da comunidade. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea**
299 **de Matos**, disse que o prazo das indicações tinha sido estendido, porém tinham apenas quatro
300 indicações. Após votação, obtiveram-se os seguintes resultados para representantes da
301 comunidade do CONSUNI: a) titular: Francisco Valdomiro de Moraes (Associação dos Docentes
302 da UERN) com treze votos; b) suplente: Miguel Rogério de Melo Gurgel (Conselho Regional de
303 Administração) com um voto. Os demais indicados não obtiveram votos. **DÉCIMO PONTO:** O
304 Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em discussão. O
305 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que a Universidade estava doando os
306 semoventes para a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), porém não
307 estava claro no processo o porquê da doação ou a solicitação da EMBRAPA. Perguntou,
308 então, o porquê da UFERSA estar doando os bens semoventes a EMBRAPA e não os
309 leiloando. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que o projeto tinha
310 sido uma parceria e que os bens semoventes, que em outro momento havia sido doados pela
311 EMBRAPA seriam, posteriormente, devolvidos. Propôs, então, a participação do convidado o
312 Pró-reitor Adjunto da PROPLAN Moacir Franco de Oliveira, que foi aprovada por unanimidade.
313 O convidado, o Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse que foi um
314 projeto feito entre a UFERSA e a EMBRAPA e, feitas as devidas instalações, os bens
315 semoventes ficaram no Núcleo de Geração e Transferência de Tecnologia em Produção
316 Animal do Semiárido (NUTESA). Falou, também, que passado o prazo estipulado pela
317 EMBRAPA os bens deviam ser devolvidos ou incorporados pela Universidade. Concluiu
318 dizendo que os semoventes não podiam ser leiloados porque não eram propriedades da
319 UFERSA. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que o processo estava
320 confuso, pois deu a entender que os bens semoventes eram patrimônio a UFERSA. O
321 Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que na página duzentos e vinte e oito do
322 documento dizia que os animais estavam bastante debilitados e com indicativo corporal de
323 subnutrição, e, então, perguntou se o pesquisador responsável estava deixando os animais
324 sem comida para obter os resultados e que, se isso tinha acontecido, podiam ser considerado
325 maus tratos. O Convidado, o Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse
326 que a docente responsável pelos animais se afastou e houve um desencontro na comunicação,
327 mas o pesquisador fez uma nova visita e constatou que o problema tinha sido sanado. O
328 Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** disse que nos exames dos animais tinham sido
329 encontrados parasitas que os debilitava e perguntou se os animais haviam sido tratados. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

330 Convidado, o Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse que isso tinha
331 sido observado e que tinha acontecido devido à mudança de ambiente. Falou, também, que os
332 animais haviam sido tratados contra vermes e parasitas. O Conselheiro **Adrian José Molina**
333 **Rugama** disse que devia ter um documento da instituição receptora manifestando sua ciência
334 no procedimento de devolução, pois os os bens semoventes estava com algumas precariedades
335 sanitárias. O Convidado, o Pró-reitor Ajunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse
336 que, no caso de transferência animal, eram emitidos alguns documentos para garantir a
337 tramitação animal e que um dos documentos estava vinculado a um atestado de sanidade dos
338 animais. Falou, também, que, antes da transferência definitiva, os animais seriam medicados
339 novamente para, então, emitir um novo atestado de sanidade mediante ao Guia de Trânsito
340 Animal (GTA). O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que na página duzentos e
341 trinta e cinco do documento dizia que os animais tinha sido *chipados* e brincados pela docente
342 responsável, mas a NUTESA não tinha o aparelho para a leitura dos mesmos para fazer o
343 tombamento e que isso tornava o trabalho da recolocação de brincos com a numeração original
344 difícil. Perguntou, então, o porquê da docente responsável ter *chipado* os animais se não tinha
345 o aparelho para leituras dos *chips*. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**,
346 disse que tinha sido feita uma *chipagem* para realização da pesquisa e que não tinha sido
347 possível fazer o tombamento de acordo com a *chipagem*. O Convidado, o Pró-reitor Adjunto da
348 PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse que os *chips* não foram usados para identificação
349 dos animais em si, pois foi usado um *chip* digestório para trabalho de pesquisa sobre a
350 ruminação e que o aparelho que tinha no NUTESA não fazia leitura do *chip* que a docente
351 responsável tinha usado, mas que ela tinha o aparelho em questão. O Conselheiro **Manoel**
352 **Januário da Silva Júnior** disse que, em seu entendimento, os animais que estavam na
353 Instituição foram realocados, renumerados e perderam os brincos originais. O Convidado, o
354 Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse que os *chips* e os brincos
355 tinham sido comprados com o dinheiro do projeto e que os animais tinham sido brincados e
356 *chipados* quando estavam na UFRSA. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** disse
357 que quando os animais chegassem na EMBRAPA iam receber uma nova numeração, pois a
358 usada na UFRSA era apenas para controle interno. O Conselheiro **Adrian José Molina**
359 **Rugama** disse que em um dos documentos do processo, o setor do almoxarifado deixava claro
360 a dificuldade de registrar os animais como parte da Instituição. Perguntou, então, se isso não
361 era para ser regularizado. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que
362 era tudo regularizado e o que o setor do almoxarifado tinha relatado era a dificuldade do
363 registro dos animais. O Convidado o Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de**
364 **Oliveira** disse que o sistema de registro como patrimônio da UFRSA era padrão, porém
365 quando os bens não seguiam o padrão o setor fazia o relato e, em seguida, sanavam o
366 problema. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

367 votação, que foi aprovado por dez votos favoráveis e três abstenções. **DÉCIMO PRIMEIRO**
368 **PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto em
369 discussão e, em seguida, propôs a participação do Ouvidor Antônio Wilton de Moraes Júnior. A
370 proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado, o Ouvidor **Antônio Wilton de**
371 **Moraes Júnior** apresentou os Relatórios de Atividades da Ouvidoria. O Conselheiro **Paulo**
372 **Alfredo Simonetti Gomes** disse que devia ter uma maneira dos discentes acompanharem as
373 faltas pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). A Conselheira
374 **Anna Isabele dos Santos Silva** questionou sobre a possibilidade dos alunos enviarem
375 *feedbacks* sobre o atendimento ao discente, com relação ao andamento da denúncia e,
376 perguntou, então, se os discentes tinham como saber se algum docente tinha recebido
377 recorrentes denúncias. O convidado, o Ouvidor **Antônio Wilton de Moraes Júnior** disse que, à
378 pesquisa de satisfação do usuário, com relação ao chamado específico, era um ponto
379 recorrente nas reuniões dos ouvidores, mas avaliar os serviços da Ouvidoria era
380 contraproducente, pois a mesma era um canal de interação e que não resolvia as denúncias
381 por si só, pois precisava do auxílio de outros setores. Falou, também, que com relação às
382 denúncias recorrentes, a Ouvidoria abria a opção para o setor do denunciado pedir a
383 disponibilidade de chamados anteriores. A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** parabenizou a
384 Ouvidoria por seu trabalho e as sugestões que fez para a melhoria da Universidade.
385 Perguntou, então, se em algum momento a Ouvidoria e os Ouvidores tinham sido
386 constrangidos ou injuriados no exercício do trabalho. O convidado, o Ouvidor **Antônio Wilton**
387 **de Moraes Júnior** disse que a Ouvidoria era mal interpretada e que precisavam entender o
388 papel da Ouvidoria, pois a mesma não abria Processos Administrativos, apenas possibilitava a
389 interação do denunciado com os setores responsáveis. Falou, também, que a Ouvidoria
390 precisava divulgar mais seu papel na Instituição. Disse, ainda, que com relação às situações de
391 constrangimento, a Ouvidoria recebia algumas críticas, mas era compreensível por se tratar de
392 um setor novo e que, muitas vezes, era mal interpretado. O Conselheiro **José Albenes**
393 **Bezerra Júnior** parabenizou o trabalho da Ouvidoria e disse que havia a necessidade de maior
394 comunicação e interação dentro do âmbito universitário, pois a Ouvidoria recebia demandas
395 sentia-se muitas vezes desamparada de informações. Falou, também, que a Ouvidoria era um
396 ambiente aberto e que a visão policesca tinha que ser retirada, porque era um local de
397 diálogo e que seu papel era preventivo e educacional. Disse, ainda, que a Ouvidoria devia ser
398 sempre informada e que era fundamental saber dialogar e usar a mediação para resolver os
399 problemas. O Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** parabenizou a Ouvidoria pelo trabalho,
400 e disse que o quadro quatro ponto oito do relatório da gestão passada não tinha nenhum
401 encaminhamento de processo para Reitoria ou para Comissão de Ética e na gestão atual tinha
402 doze encaminhamentos. Perguntou, então, se isso se devia por conta da natureza dos
403 processos ou por uma mudança de postura na tratativa das reclamações. O Presidente do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

404 Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que não foram doze diferentes processos
405 abertos, mas sim foram doze reclamações sobre um mesmo ponto e por isso abriu-se apenas
406 um Processo Administrativo. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** disse que a
407 Universidade precisava entender que a Ouvidoria não era uma câmara de julgamento e que
408 apenas encaminhava para as instâncias responsáveis. Concluiu sua fala pedindo licença da
409 reunião, pois tinha que ministrar aulas. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva**
410 parabenizou a Ouvidoria e o Ouvidor Antônio Wilton de Moraes Júnior pelo trabalho. Falou,
411 também, que a Ouvidoria devia ser vista como um local de primeira instância, antes de chegar
412 na Reitoria, e que era uma instância muito importante para a Universidade. **DÉCIMO**
413 **SEGUNDO PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou o ponto
414 em discussão e, em seguida, propôs a participação do convidado, o Pró-reitor Adjunto da
415 PROPLAN Moacir Franco de Oliveira. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O
416 convidado, o Pró-reitor Adjunto da PROPLAN **Moacir Franco de Oliveira** disse que a ideia era
417 reparar um vício formal, pois o Estatuto da UFRSA constava que o Conselho devia deliberar o
418 relatório de Gestão e que era permitido pela Lei nove mil setecentos e oitenta e quatro barra
419 noventa e nove, no artigo cinquenta e cinco. O Conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
420 disse que tinha ocorrido apenas um vício formal, com relação à forma e não a matéria. O ponto
421 foi votado e aprovado por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. **DÉCIMO TERCEIRO**
422 **PONTO:** O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** falou, que se afastou
423 temporariamente do Sindicato dos Servidores Técnicos, mas retornaria em outubro do corrente
424 ano. A Conselheira **Anna Isabele dos Santos Silva** disse que queria fazer algumas
425 ponderações com relação à ata da quarta reunião ordinária de dois mil e dezoito do Conselho,
426 especificamente sobre o sétimo ponto de pauta, pois algumas falas da ata da quarta reunião
427 ordinária a preocupavam. Falou, então, que os excessos eram comuns em mobilizações.
428 Disse, ainda, que gostaria de deixar claro que o movimento estudantil não tinha líderes ou
429 responsáveis e sim, coordenações executivas e que quando tinha um grupo muito grande de
430 pessoas, não tinha o controle de todos. Falou que em algum ponto foi dito que o Diretório
431 Central Estudantil (DCE) não tinha enviado proposta, porém o DCE tinha feito um estudo, com
432 relação a minuta de resolução de aprendizagem, em duas assembleias e enviou suas
433 propostas para o Gabinete no dia vinte e sete de maio de dois mil e dezesseis. Disse, também,
434 que os discentes queriam que fosse realizado um estudo em torno da minuta de resolução de
435 aprendizagem para avaliar os impactos que a mesma podia causar para que os discentes
436 pudessem se posicionar conforme os resultados obtidos; que observou que muitos achavam
437 que o movimento estudantil era contra a mudança, porém os discentes apenas estavam
438 preocupados com as consequências; que a gestão havia se comprometido em realizar o
439 estudo sobre o impacto da resolução em questão, mas observou que a minuta se encontrava
440 em pauta sem a realização do estudo e que o protesto foi a única maneira que o movimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

441 estudantil encontrou de impedir que a pauta fosse votada do modo que estava, pois os
442 discentes não estavam sendo ouvidos. Disse que não corroborava com os excessos, mas
443 estava preocupada com os pedidos de criminalização dos responsáveis, tendo em vista que
444 era um movimento pluralista não havendo chefia no movimento. Falou que foi alvo de
445 perseguição e queria que as denúncias a respeito ao comportamento dos docentes tivesse
446 também tanta urgência e veemência para punir; que viu na redação da ata da quarta reunião a
447 palavra “respeito” ser citada, mas que não os discentes não se sentiam respeitados na
448 Universidade. Pediu, então, que o diálogo com o Presidente do Conselho, José de Arimatea de
449 Matos, com os discentes se mantivesse em aberto; que com relação às ausências de
450 representação estudantil em algumas instâncias, os discentes não podiam ser prejudicados por
451 conta do esvaziamento. Falou, ainda, que o Conselho tinha que ir contra as falhas, pois quando
452 algum discente denunciava e continuava com o mesmo docente em sala, isso prejudicava o
453 rendimento acadêmico; que o ocorrido na terceira reunião ordinária do Conselho de Ensino,
454 Pesquisa e Extensão (CONSEPE) podia ser utilizado com cunho pedagógico. Concluiu sua fala
455 dizendo que o movimento estava pedindo melhorias e que não havia motivo para revogar a
456 decisão do Presidente do Conselho, José de Arimatea de Matos, de dialogar com os discentes,
457 que estava aberta a diálogo e que a Instituição tinha instâncias capacitadas para fazer o estudo
458 sobre o impacto que a minuta de resolução de aprendizagem podia causar. A Conselheira
459 **Janaína Cortêz de Oliveira** pediu que as minutas de remoção e de qualificação fossem postas
460 futuramente em discussão. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que
461 a minuta havia sido discutida junto a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) e
462 observaram que a minuta de remoção havia ficado descaracterizada, mas após a discussão
463 com a PROGEPE a minuta em questão foi analisada e ia entrar em pauta para apreciação e
464 deliberação em reuniões extraordinárias. O Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que
465 era interessante apontar um novo relator para a minuta de remoção, pois o Conselho tinha
466 votado contra o parecer do antigo relator, que era aprovar a minuta sem emendas. A
467 Conselheira **Luciana Dantas Mafra** disse que era interessante sugerir voluntariamente alguns
468 colegas para que elaborassem um procedimento de relatoria, para comentar, fazer análises
469 prévias das emendas e apresentar sugestões. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França**
470 disse que, a respeito da fala da Conselheira Anna Isabele dos Santos Silva, dentro da elite
471 pensante do país não podia chegar aos excessos graves que aconteceram e o que houve na
472 continuação da terceira reunião ordinária do CONSEPE não tinham sido pequenas coisas.
473 Falou, também, que a Conselheira Anna Isabele dos Santos Silva disse que não houve
474 responsáveis, mas houve sim, responsáveis pelos atos cometidos, por maior que fosse o
475 grupo. Disse que foi dito também, que os discentes não estavam sendo ouvidos, porém não
476 tinha outra instância governamental com mais representatividade estudantil do que a
477 Universidade, que do discentes tinha representantes nas mais variadas instâncias, mas os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

478 mesmos não compareciam às reuniões. Disse, ainda, que o Conselheiro Manoel Quirino da
479 Silva Júnior falou que tinham poucas colocações feitas por discentes na minuta de resolução
480 de aprendizagem; que os discentes tinham cometido vários crimes, como cárcere privado e
481 desacato e isso tinha sido extremante grave principalmente vindo de um grupo de discentes;
482 que o Conselho estava tentando melhorar a Instituição com as minutas de resolução. Concluiu
483 dizendo que o ato não se conteve apenas na terceira reunião do CONSEPE, pois um docente
484 havia sido constrangido e ofendido, e uma docente disse que, em sua aula, uma discente havia
485 afirmado que a minuta em questão não ia passar e que se os discentes se sentissem
486 desrespeitados, procurassem os meios legais ou civis e que a decisão tomada pelo Conselho
487 devia seguir em frente e servir de aprendizados para ambos os lados. O Conselheiro **José**
488 **Albenes Bezerra Júnior** convidou o Conselho a participar da discussão sobre assédio sexual
489 e moral. O Conselheiro **Araken de Medeiros Santos** disse que queria reforçar que a discussão
490 sobre resolução de qualificação fosse apreciada o quanto antes, pois o Campus Angicos
491 estava esperando a deliberação da mesma para que o novo plano fosse elaborado. O
492 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que estava preocupado com as
493 redistribuições, pois os concursos seriam afetados pelo período eleitoral. Falou, também, que
494 havia sido dito que a Universidade não ia sair prejudicada com as redistribuições, pois ia
495 receber o código de vagas, mas não sabia se teria tempo hábil de finalizar os concursos para,
496 então, ter o preenchimento das vagas. Disse, ainda, que o Conselho precisava fazer a análise
497 das minutas de remoção e de qualificação, pois precisavam continuar com a discussão ou as
498 propostas ficariam perdidas. Concluiu sua fala dizendo que, uma vez que a minuta concluísse
499 seu processo de análise, que viesse rapidamente para deliberação e apreciação do Conselho.
500 O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que foi acordado no Conselho
501 que fossem feitas as relatorias, porém que não mandassem novas propostas se houvesse
502 minutas em discussão e que tais discussões eram muito delicadas. O Conselheiro **Leonardo**
503 **Fernandes França** disse que entendia que o zelo excessivo demorava a conclusão da
504 discussão das minutas, mas o Conselho tinha o cuidado para não deixar brechas nas
505 resoluções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** solicitou que depois de relatadas,
506 as minutas deviam vir para o Conselho rapidamente. Disse, também, que as pastas das
507 reuniões estavam sendo constantemente atualizadas, solicitou, assim, que uma vez que as
508 pautas fossem definidas, que as pastas das reuniões não sofram grandes modificação, pois a
509 constante atualização de documento dificultava a análise. O Conselheiro **Matheus da Silva**
510 **Menezes** disse que a proposta de reformulação de Ciência e Tecnologia já havia sido
511 encaminhada para a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). O Conselheiro **Hudson Pacheco**
512 **Pinheiro** disse que o Conselho era sempre requisitado para indicar o caminho
513 administrativamente correto de certos procedimentos dentro da Instituição e auxiliar os
514 servidores, porém quando o Conselho escolhia ignorar alguma resolução sem uma justificativa,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

515 dificultava o esclarecimento da situação para os outros servidores. O Conselheiro **Manoel**
516 **Januário da Silva Júnior** disse que o Conselho tentava sempre melhorar a Instituição e
517 quando algumas coisas não saíam ao contento isso se tornava desestimulante. O Presidente
518 do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, deu alguns informes antes de dar por encerrada a
519 reunião: disse que o curso de Direito estava crescendo muito e que estavam tentando
520 estabelecer dois Doutorados Interinstitucionais (DINTER) de Medicina e de Ciências e
521 Matemática; que era uma satisfação informar que foram aprovadas trezentas e uma bolsas
522 para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) e para Residência
523 Pedagógica e isso foi um avanço para a Universidade e, em seguida, parabenizou a equipe
524 que trabalhou nisso. Falou, também, que três usinas fotovoltaicas estavam sendo instaladas
525 nos *campi* fora do Campus Central da UFERSA e que iam ser entregues três restaurantes
526 universitários também fora da Sede no corrente semestre. Após considerações sobre eventos e
527 demandas institucionais e nada mais havendo a discutir, o Presidente do Conselho
528 do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, agradeceu a presença de todos os Conselheiros e
529 deu por encerrada a reunião. E nós, **Cibelle dos Santos Carlos Amorim e Éricka Tayana**
530 **Lima Bezerra**, Secretárias *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida
531 e aprovada sem emendas, na reunião do dia vinte e quatro de julho de dois mil e dezoito,
532 segue assinada pelo Presidente do CONSUNI, pelos demais Conselheiros presentes a esta
533 reunião e por nós. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

534 **Presidente:**

535 José de Arimatea de Matos _____

536 **Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA:**

537 Jacimara Villar Foberloni _____

538 Araken de Medeiros Santos _____

539 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**

540 Hudson Pacheco Pinheiro _____

541 Luciana Dantas Mafra _____

542 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**

543 Janaína Cortêz de Oliveira _____

544 **Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:**

545 Matheus da Silva Menezes _____

546 Paulo Gabriel Gadelha Queiroz _____

547 **Centro de Ciências Agrárias – CCA:**

548 Adrian José Molina Rugama _____

549 **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:**

550 Leonardo Fernandes França _____

551 Paulo Alfredo Simonetti Gomes _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

552 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:**

553 José Albenes Bezerra Júnior _____

554 Moises Ozorio de Souza Neto _____

555 **Centro de Engenharias – CE:**

556 Manoel Quirino da Silva Júnior _____

557 Manoel Januário da Silva Júnior _____

558 **Representantes técnico-administrativos:**

559 Allyson Leandro Bezerra Silva _____

560 Jalmir Dantas de Araújo _____

561 **Representantes discentes:**

562 Anna Isabele dos Santos Silva _____

563 Fernanda Jéssika Carvalho Dantas _____

564 **Secretárias *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**

565 Cibelle dos Santos Carlos Amorim _____

566 Éricka Tayana Lima Bezerra _____